

**A IMPORTÂNCIA DAS EMPRESAS ES-
TATAIS NO PROCESSO DE INDUS-
TRIALIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASI-
LEIRA**

no período de 1940 - 1975

Dr. Valdeci Cosme de Lacerda

**A Importância das Empresas Estatais
no Processo de Industrialização da
Economia Brasileira**

no período de 1940 - 1975

Maria Valdeci Cosme de Lacerda

**MONOGRAFIA SUBMETIDA AO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS,
COMO REQUISITO OBRIGATÓRIO PARA OBTENÇÃO DO
DIPLOMA DE BACHAREL DE ECONOMIA.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

FORTALEZA - JANEIRO/1993

Agradecimentos -

A Deus todo o meu louvor e gratidão.

Aos meus pais, pelo incentivo.

Ao professor Augusto Marcos de Carvalho Sena pela disposição em orientar este trabalho.

Aos professores Flavio Ataliba e Fernando Pires pela participação na Banca.

Ao Randy (digitador) pela compreensão e cooperação e a todos que desejaram o meu êxito neste trabalho.

Valdeci

MONOGRAFIA APROVADA EM 25 DE JANEIRO DE 1993

Prof. Augusto Marcos de Carvalho Sena
ORIENTADOR

Prof. Flávio Ataliba F. A. Barreto

Prof. Fernando José Pires de Sousa

SUMARIO

1	Introdução	1
2	A EMPRESA PÚBLICA E O PROCESSO DE ESTATIZAÇÃO NO BRASIL	
2.1	Aspectos gerais relativos às empresas públicas.....	4
2.1.1	Papel e significado da empresa pública.....	4
2.1.2	Principais problemas da empresa pública.....	7
2.2	O Processo de estatização no Brasil.....	8
2.2.1	Determinantes e condicionantes da intervenção estatal brasileira: período (1940-1960).....	8
2.2.2	A Estatização brasileira mais recente: Período - (1965-1975).....	13
3	ASPECTOS TEÓRICOS:O IDEÁRIO CEPALINO E O INTERVENCI- NISMO ESTATAL BRASILEIRO	
3.1	Do liberalismo ao intervencionismo.....	18
3.2	O Pensamento da CEPAL.....	19
4	EVIDENCIA EMPÍRICA DO PROCESSO DE ESTATIZAÇÃO NO BRASIL	
4.1	Breve histórico sobre a criação de estatais.....	21
4.2	Participação, contribuição e desempenho das principais estatais brasileiras.....	22
	TABELA 1.....	24
	TABELA 2.....	25
	TABELA 3.....	26
	TABELA 4.....	26
	TABELA 5.....	27
	TABELA 6.....	29
	TABELA 7.....	29
4.3	Problemas recentes inerentes às Empresas Estatais Bra- sileiras.....	31
5	CONCLUSÃO	34
6	BIBLIOGRAFIA	36

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar o processo de estatização da economia brasileira que teve início na década de 40 com a criação de diversas agências e órgãos do governo, com o objetivo de orientar a produção dos diversos setores da economia. A fragilidade do capital privado nacional, frente a exigências dos investimentos necessários para a passagem de uma economia agrário-exportadora para uma economia com base na acumulação industrial, obrigou o governo a criar empresas nas áreas de infra-estrutura e insumos básicos possibilitando a acumulação e expansão do setor industrial.

Explicitado o objetivo geral, o trabalho compõe-se, além dessa parte introdutória, de mais quatro partes.

O segundo capítulo, inicia-se com uma exposição sobre o papel e importância da empresa pública numa economia em desenvolvimento, que iniciou seu processo de industrialização quando já existia um sistema capitalista mundial desenvolvido e uma divisão internacional do trabalho ditada pelas economias capitalistas avançadas.

O processo de estatização da economia brasileira foi dividido em dois períodos. Será visto, em primeiro lugar, os determinantes e condicionantes da intervenção estatal no período de 1940-1960, onde se destaca a centralização da economia, possibilitando ao governo uma crescente atuação no sentido de atender as exigências do capital via proteção alfandegária, investimentos em infra-estrutura e fornecimento de matérias-primas para o setor privado. A execução do plano

de metas, no governo Juscelino Kubsteczek, permitiu a integração da estrutura industrial brasileira, com uma crescente participação do setor produtivo estatal. Em segundo lugar, será visto a estatização brasileira mais recente, com a política econômica dos governos militares, que permitiu às empresas estatais uma recuperação da sua capacidade financeira e uma onda intensiva de investimentos públicos, como se pode ver por ocasião do chamado "Milagre Brasileiro".

O terceiro capítulo explicitará argumentos teóricos que dão sustentação ao processo de estatização da economia com um resumo do pensamento da CEPAL sobre as razões do subdesenvolvimento e a influência que as propostas dessa comissão tiveram sobre os planos de desenvolvimento do país.

O quarto capítulo evidenciará empiricamente o processo de estatização no Brasil, iniciando com um breve histórico sobre a criação das estatais. Será visto, logo a seguir, a participação, contribuição e desenvolvimento das principais estatais brasileiras, com destaque para o período do plano de metas (1956-1961), que constitui-se no período de maior relevância no que diz respeito aos investimentos produtivos por parte do estado. Fecharemos essa parte com a apresentação dos principais problemas enfrentados pelas empresas estatais, resultante do uso indevido dessas empresas nas políticas econômicas do governo, que prejudicou o desempenho delas.

Por fim, na parte conclusiva, considerando os problemas recentes por que passam as empresas do setor produtivo estatal e a incapacidade do Estado em resolver a questão financeira de suas empresas—impedindo assim a modernização e am-

pliação da capacidade produtiva dos setores onde elas atuam-analisa-se brevemente a transferência, ao setor privado, de algumas empresas do setor produtivo estatal para a retomada dos investimentos em setores relevantes da economia.

2 A EMPRESA PÚBLICA E O PROCESSO DE ESTATIZAÇÃO NO BRASIL

2.1 Aspectos gerais relativos às empresas públicas

2.1.1 Papel e significado da empresa pública

A grande questão que se levanta com relação ao papel do Estado atualmente, não é se ele deve ou não intervir nas atividades econômicas e sim, qual deve ser a dimensão e intensidade dessa intervenção.

Indiretamente, o Estado coopera com as atividades produtivas na criação de infra-estrutura básica (água, estradas, saneamento, drenagem, transportes, serviços, etc), gerando assim externalidades para as empresas privadas e também com incentivos fiscais e outros apoios financeiros (taxa de cambio favorável, licença para importação, etc). No entanto, a intervenção direta, que se dá pela criação e administração de empresas produtivas pelo próprio Estado, tem crescido significativamente em vários países provando ser o meio mais indicado, principalmente para as nações menos desenvolvidas, para superação do problema de escassez de capital e/ou desinteresse do capital privado e necessidade de consolidar o processo de crescimento econômico.

O conceito mais geral de Empresa Pública nos é dado por SHERDWOOD (1964, p.3) que diz: "É a empresa criada para libertar dos controles normais, as atividades estatais de natureza econômica". O governo espera garantir que estas empresas, através dos seus procedimentos e decisões, atendam aos interesses públicos. Seu objetivo principal é dar mais racionalidade e funcionalidade às decisões empresariais do governo. Para tanto é preciso que tenham autonomia

administrativa e financeira.

Estas empresas, na maioria dos casos, tomam a forma de Sociedades Anônimas, que implica numa certa autonomia para definir metas e estratégias de crescimento. Esta capacidade e independência para definir metas específicas são condições primordiais para a eficiência de uma empresa.

Existem, além das Sociedades Anônimas, as empresas públicas de economia mista. Estas são criadas pelo governo em cooperação com o capital privado nacional ou estrangeiro e resultam da falta de recursos públicos suficientes para entrar com todo capital necessário ou por opção de investir apenas uma parcela, ficando a outra com particulares. O problema decorrente desta associação é quanto às divergências entre o interesse público e privado dentro da própria administração e diretoria.

A Empresa Pública constitui-se assim num instrumento usado pelo Estado para alcançar determinados objetivos, dentre os quais, segundo RANGUN (1954, pp.19-20), se destacam:

- "i) Fornecer serviços básicos tais como: Energia, transportes, comunicações, matérias primas, etc, assegurando o bem estar social e a infra estrutura básica para o crescimento industrial, proporcionando uma base para outras indústrias;
- ii) Viabilizar operações em tempo de guerra, quando o Estado centraliza ainda mais suas funções, subordinando o interesse privado ao seu planejamento e controle;
- iii) Gerar emprego e produção em períodos de depressão;
- iv) Impedir estabelecimento de monopólios privados em setores estratégicos;

- v) Estabelecer mecanismos que adequem a não coincidência de interesses privados com os interesses públicos em determinadas atividades;
- vi) Subvencionar atividades industriais essenciais, operando com prejuízo ou lucro reduzido, subsidiando indiretamente outras atividades dependentes. Porém só é vantajoso os preços subvencionados se as indústrias atendidas tiverem grande impacto na economia;
- vii) Produzir receita - quando a empresa é muito lucrativa e sendo propriedade do Estado representa uma boa fonte de renda;
- viii) Estimular a industrialização, criando indústrias para destruir os pontos de estrangulamento do sistema produtivo, e, também desencadear a criação de outras indústrias que se relacionem com a empresa estatal;
- ix) Criar competição de forma a assegurar a produção econômica, quebrando monopólios ou quase monopólios e obrigando as empresas particulares a serem mais eficientes. A empresa pública age segundo os mesmos critérios dos concorrentes, atendendo, no entanto, o padrão exigido pela comunidade;
- x) Assumir, devido a incapacidade do setor privado, projetos que exijam grande volume de recursos e risco elevado, obrigando o Estado a criar empresas nessas áreas essenciais à expansão industrial;.
- xi) Encampar empresas privadas deficientes, para evitar o fracasso total em atividades de vital importância econômica, ou para coibir abusos ao consumidor."

Considerando os objetivos citados, pode-se concluir ser imprescindível a ação estatal através das empresas pú-

blicas em determinados setores da estrutura industrial, seja pelo nível de complexidade alcançada pelas forças produtivas e pelas relações econômicas, seja pelas necessidades financeiras do setor produtivo privado numa economia de industrialização retardatária, ainda em desenvolvimento.

2.1.2 Principais problemas da empresa pública

Os problemas enfrentados pela empresa estatal, em qualquer parte, decorrem de sua "natureza estrutural" qual seja: Organização produtiva e instrumento de política econômica, cujos objetivos relacionam-se, respectivamente, a metas empresariais e sociais. E intenção do governo, ao criar estas empresas, a conciliação desses interesses, que diga-se de passagem, é tarefa difícil.

A autonomia administrativa de uma empresa estatal para definir metas e estratégias de crescimento explica seu desempenho enquanto empresa. Se há interferência do governo na tomada de decisões, o desempenho dessa empresa é seriamente prejudicado, apesar das vantagens a ela asseguradas tais como: Facilidade de crédito e de investimentos por parte do Estado, disponibilidade de profissionais e técnicos capacitados, intercâmbio mais intenso com o exterior, etc.

Segundo SENA (1990) as empresas públicas têm o seu comportamento orientado pelas políticas econômicas do governo, que por sua vez se acham vinculadas às condições gerais da economia. Sendo assim, numa época em que a economia se apresenta com certa normalidade, as empresas do governo tendem a

apresentar um desempenho empresarial mais favorável, ao passo que num período de instabilidade econômica, a perseguição de objetivos políticos e sociais pode provocar uma redução na eficiência econômica dessas empresas. Isto se dá porque o padrão de comportamento quanto ao estabelecimento dos objetivos, vinculados à empresa pública, nos períodos de instabilidade, enfatiza metas ligadas a vendas e não a lucros e os preços cobrados nem sempre correspondem aos custos.

2.2 O Processo de estatização no Brasil

2.2.1 Determinantes e condicionantes da intervenção estatal brasileira: período (1940-1960).

Para se compreender a extensão da ação do governo neste período é importante um estudo sobre as causas para o Estado agir de forma tão significativa no domínio econômico.

O primeiro condicionante para a atuação do Estado a partir de 1930 foi a "autonomia" que ele obteve por romper com os interesses dos senhores de café, deixando de representar esta classe econômica que mantinha o controle do aparelho estatal na defesa das atividades relacionadas exclusivamente com a produção agrícola voltada para exportação. Essa desarticulação do Estado a nível de atividade agrícola cafeeira para a atividade industrial, possibilitou sua intervenção nos diversos setores da economia. A segunda condição foi a legitimação que lhe foi concedida pelo apoio que recebeu das massas urbanas. A oligarquia do café perde o poder político para os setores agrários e urbanos, que por não

serem fortes o suficiente para formular uma nova estrutura de Estado, delegam a representação ao poder central. Foi isto que permitiu a expansão do Estado com a criação de agências estatais com diversos fins, sendo o objetivo maior o de regular a acumulação nos diversos setores.

Desse modo tem-se já no primeiro governo de Vargas a falência do Estado liberal brasileiro, pois há um aumento gradual de intervenção em todos os setores.

Durante os anos 40, o Estado passou por mudanças no seu padrão de financiamento. Neste período a base de acumulação financeira era insuficiente para a implantação da indústria de base e de indústrias pesadas que dessem suporte à expansão qualitativa da estrutura do setor de bens de produção. O processo industrial dependia do fornecimento da indústria básica estrangeira. O Estado, então, passa a atuar de forma a atender às exigências do capital possibilitando, através da proteção alfandegária, investimentos em infra-estrutura e fornecimento de matérias-primas estratégicas necessárias ao padrão de acumulação vislumbrado. Isto permitiu o desenvolvimento das forças produtivas a partir da acumulação interna. O setor de bens de capital para montagem da infra-estrutura básica e o de bens de consumo é que determinaram o crescimento. Mesmo assim, não se podia considerar o Brasil um país industrializado, pois a base produtiva do setor de bens de capital era ainda limitada e insipiente, sendo o setor industrial incapaz de promover o crescimento auto-sustentado. Segundo TAVARES (1972), a industrialização só é consolidada quando o crescimento é consequência da oferta e demanda interna entre os setores industriais, ou

seja, quando garante-se um mercado local para a produção industrial.

A necessidade de acelerar o processo de industrialização levou o Estado a intervir diretamente nas indústrias siderúrgica, de energia elétrica, motores, química pesada, transportes e estradas.

Com a segunda guerra mundial o Estado centralizou ainda mais suas funções e optou, como estratégia de crescimento, pela criação de empresas públicas e tomadas de empréstimos externos. Esta opção veio por conta da incapacidade do setor privado de implantar um setor de bens de produção pesados.

Os setores que primeiro se beneficiaram com os investimentos públicos diretos foram: Ferro, aço, energia elétrica, química pesada e produção de motores. Dentre as empresas criadas neste período destacam-se as seguintes: Companhia Siderúrgica Nacional, Companhia Vale do Rio Doce, Fábrica Nacional de Motores e Hidroelétrica de São Francisco.

O capital privado investia em setores de menor risco, que não exigiam grandes somas de capital, nem tecnologia sofisticada, enquanto o Estado com a cooperação do capital estrangeiro realizava investimentos em indústrias de base.

No segundo governo de Vargas persiste o esforço do Estado em conduzir o país à industrialização com a criação da PETROBRAS, garantindo com isto o monopólio estatal do petróleo, e da ELETROBRAS, que vinha cooperar com a iniciativa privada no fornecimento de energia elétrica.

A implementação do plano de metas no governo Juscelino Kubistschek (1957-1961) foi, sem dúvida, essencial para a integração da estrutura industrial brasileira. No plano

constavam 31 metas que abrangiam os setores de energia, transportes, indústrias de base, alimentos, educação e a construção de Brasília. Houve um aumento considerável dos investimentos diretos por parte do Estado nessa época. A fonte financiadora para tal plano envolvia a poupança bruta das empresas, subvenções do governo federal e financiamento do exterior e de bancos do país.

O Estado intensificou seus gastos para alcançar as metas dos setores de energia, transportes e indústrias de base. Entretanto, pouco fez pelo setor de alimentos e educação, o que veio demonstrar sua indiferença para com os programas sociais.

A vinculação direta entre expansão das forças produtivas e desenvolvimento econômico orientou as políticas econômicas de Vargas e Kubitschek, determinando assim a criação, pelo governo, de novos investimentos para setores estratégicos à continuidade da expansão industrial.

Quanto ao capital estrangeiro, este recebeu um tratamento diferenciado nos dois governos. Em Vargas, segundo FONTES (1988, p.123) , "havia uma intenção deliberada do Estado de promover o avanço das forças produtivas. ...A estratégia varguista via na industrialização um meio de superar a dependência por intermédio da nacionalização das decisões sobre política econômica". Ao passo que no governo Juscelino Kubitschek, o avanço se deu pela articulação do capital estrangeiro com o capital nacional público e privado. A execução do Plano de Metas beneficiou-se com a estratégia concorrencial das empresas multinacionais, que evoluía da exportação de mercadorias à exportação de capitais.

A política econômica do período 1956-1961 caracterizou-se pelo aumento da participação do setor público na formação bruta de capital fixo, com investimentos em infra-estrutura e indústrias de base, além de uma política de crédito vantajosa para o setor privado e tratamento cambial favorável ao capital estrangeiro. O governo criava empresas onde não havia interesse por parte do capital privado nacional ou estrangeiro.

Com a intensificação dos investimentos públicos o caixa do governo passou a apresentar déficits crescentes. Foi necessário a tomada de empréstimos externos para o financiamento das importações de equipamentos pesados para a nova fase de industrialização, comprometendo ainda mais a capacidade financeira do setor público.

Cabe destacar que no período de 1940-1960, a intervenção do Estado na economia via criação de empresas estatais nas áreas de siderurgia, energia elétrica, motores, química pesada e outras, deveu-se não só ao fato de nossa industrialização ter se iniciado, quando já existia, a nível mundial, considerável desenvolvimento industrial, mas sobretudo à própria estratégia de desenvolvimento adotada que foi a substituição de importações. E como agravante e resultado deste processo de industrialização tardia, tem-se a fragilidade do capital privado nacional, com uma base de acumulação insipiente, incapaz portanto de liderar o processo de transição de uma economia agrário exportadora para uma economia com base de acumulação industrial.

2.2.2 A Estatização brasileira mais recente: período - (1965-1975).

O período pós 1964, caracteriza-se por mudanças importantes nas políticas econômicas visando recuperar e fortalecer a economia de mercado. Nesse período, nosso parque industrial apresentava um certo grau de complexidade, tendo já superado a fase de substituição de importação inicial, nos setores de bens leves, exigindo mecanismos de financiamento mais apropriados às novas necessidades estruturais do aparelho produtivo.

Os investimentos realizados por ocasião do Plano de Metas criaram as condições necessárias para a continuidade do processo de industrialização. Porém, já a partir de 1962 a economia apresentava-se com um alto nível de inflação e as importações de máquinas e equipamentos, sem cobertura cambial, pressionavam o balanço de pagamentos e eleva o déficit do setor público. O setor privado já havia paralisado suas inversões desde 1960, demonstrando assim sua incapacidade de levar adiante o processo de acumulação do sistema. O governo ainda realizou investimentos até 1963, quando esgotou então sua capacidade financeira. O comprometimento de grande parte dos seus recursos com investimentos produtivos diretos impediu o desenvolvimento de programas visando a garantia do bem estar social da população. Para o caso específico do Brasil, não tem sido possível a consiliação dessas duas faces do Estado, empresarial e social.

No governo de João Goulart, a atuação do Estado se deu com o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social.

Tendo em vista a crise por que passava a economia, o plano tinha como maiores preocupações, a curto prazo, a inflação, o balanço de pagamentos e o déficit público. A origem do processo inflacionário, segundo FURTADO (1962), estava nas distorções do processo de crescimento anterior, partindo principalmente do setor público e do setor externo da economia, este último, por causas estruturais relacionadas com o processo de substituição de importações. Era preciso portanto reduzir os gastos públicos e subsídios e elevar as tarifas das empresas estatais para equilibrar o orçamento do governo. Isto explica a inexistência de programas de investimentos públicos qualquer que fosse sua função.

Foi somente com o PAEG, já na era dos militares, que o governo instituiu as mudanças necessárias à nova fase de industrialização do país, introduzindo novos mecanismos de financiamento público e privado. O Plano de Ação Econômica do Governo (1964/66), tinha o objetivo de "Interpretar o desenvolvimento recente do país e formular uma política capaz de eliminar as fontes internas de estrangulamento que haviam bloqueado o crescimento econômico desde 1962", SANDRONI (1989, p.225).

Mais uma vez, o déficit público foi considerado como o responsável pelo processo inflacionário, agora, juntamente com o excesso de demanda. O desequilíbrio no orçamento federal resultou do excesso de gasto do governo frente à sua própria receita.

O protecionismo dado pelo governo às indústrias domésticas, de forma a viabilizar o processo de substituição de importações, permitiu uma elevação nos custos dos diver-

dos setores e, conseqüentemente, uma elevação geral dos preços.

O governo reformulou o sistema financeiro com o objetivo de promover o ajuste entre a capacidade produtiva instalada e a demanda agregada. Os resultados dessas reformas favoráveis ao ajustamento proposto foram: Expansão do crédito direto ao consumidor e à construção civil e a ampliação da capacidade de financiamento e endividamento do setor público.

As medidas adotadas para equilibrar as contas do governo atingiram diretamente as empresas do setor produtivo estatal, pois estas apresentavam elevados déficits operacionais, comprometendo a capacidade de financiamento próprio. O saneamento financeiro foi possibilitado pela liberação dos preços e tarifas administrados por estas empresas, provocando uma mudança no seu perfil de acumulação, tornando-as mais lucrativas.

A situação favorável das empresas estatais, via adoção da "verdade dos preços", com exceção do setor siderúrgico, permitiu a intensificação dos investimentos, sobretudo na área hidrelétrica. Segundo COUTINHO E RERCHSTUL (1983), as empresas do setor produtivo estatal tiveram um papel de destaque na retomada do crescimento a partir de 68, pois suas inversões anteciparam-se tanto as do governo (Gastos Governamentais) como as do Setor Privado (investimentos privados).

A partir de 1967 acelerou-se o processo de criação de empresas estatais. Houve a adoção de uma política realista dos preços para as empresas públicas, permitindo o saneamento financeiro e a ampliação da capacidade de financiamento

próprio para a maior parte delas. Considerando que a intenção do governo era tornar as estatais tão lucrativas quanto as empresas privadas e com comportamento semelhante quanto as estratégias de crescimento, pode-se concluir que a expansão do setor produtivo estatal, através da constituição de diversas holdings, criação de subsidiárias e diversificação das atividades de algumas empresas, foi coerente com a política econômica do governo no período. As principais causas desse surto, segundo SENA (1991, p.85), foram: "1^o as reformas administrativas ocorridas com o decreto-lei nº 200 de 1967, que ensejaram a reestruturação de várias unidades do governo em empresas públicas; 2^o o aumento da demanda por infra-estrutura (por exemplo: eletricidade e comunicação), que por sinal já era o Estado o fornecedor único; 3^o a diversificação e expansão das estatais já existentes."

As maiores inversões foram no setor de energia elétrica, pela impossibilidade de adquirir este produto no exterior, e, dado a sua essencialidade no processo produtivo. A PETROBRAS, também iniciou em 1968, um ciclo de investimentos em atividades novas.

O governo segurou, nessa época, os preços do setor siderúrgico impedindo o saneamento financeiro e ampliação dos investimentos deste segmento, numa política contrária a aplicada aos outros setores entre 1964 e 1967. A justificativa para isto deve encontrar-se no fato deste setor produzir insumos e bens intermediários para as empresas produtoras de bens duráveis de consumo, servindo assim de subsídios à produção dessas empresas, em sua maioria multinacionais.

Os grandes investimentos desse período foram feitos, em

parte, com recursos próprios do governo e pela tomada de empréstimos junto aos bancos estrangeiros. A dívida externa contraída para financiar tais inversões, atingiu proporções consideráveis. Questões internas, em conjunto com a crise internacional do petróleo que afetou seriamente o balanço de pagamentos e o crescimento dos setores automobilístico e químico, acabaram por desacelerar o crescimento da economia e do SPE-Setor Produtivo Estatal- a partir de 1974.

Entre 1974 e 1979, não são mais criadas empresas estatais, porém os investimentos públicos e das empresas do setor produtivo estatal existentes permitiram à economia crescer a taxas médias de 7% a.a.

3 ASPECTOS TEÓRICOS: O IDEÁRIO CEPALINO E O INTERVEN- CIONISMO ESTATAL BRASILEIRO

3.1 Do liberalismo ao intervencionismo

O papel do estado na economia, segundo a doutrina liberal, é apenas o de regulador das atividades privadas e administrador da coisa pública (defesa nacional, saúde, justiça, educação), ficando a cargo das forças livres do mercado a função de alocar de forma eficiente e produtiva os recursos econômicos. Este pensamento prevaleceu até a década de 30 quando ocorre a chamada grande depressão, que veio demonstrar, entre outras coisas, a insuficiência deste mecanismo regulador. O Estado se viu obrigado a agir diretamente sobre o setor produtivo, como forma de elevar os investimentos e equilibrar a produção nos diversos setores, tarefa para qual o mercado não se mostrava capaz, devido a complexidade das relações econômicas e do elevado conteúdo tecnológico no processo de produção, que desregulava as regras do jogo concorrencial e inibia a iniciativa privada.

E neste contexto que surge no Brasil a corrente defensora do intervencionismo estatal, tendo como principal representante Roberto Simonsen, que, segundo MANTEGA (1987), defendia no seu projeto de desenvolvimento o avanço do processo de industrialização pelo estado através da criação de infra-estrutura básica e proteção tarifária. Para o Estado realizar esta tarefa era necessário o planejamento para dirigir e limitar sua ação. O Estado deveria modificar e melhor estruturar seus aparelhos para operacionalizar os mecanismos de financiamento, incentivos e subsídios, investir na

infra-estrutura básica e proteger a indústria doméstica.

3.2 O Pensamento da CEPAL

A CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina- teve forte influência na elaboração dos planos dos governos Latino-Americanos, especialmente do Brasil.

O pensamento Cepalino deu uma nova interpretação da relação entre países capitalistas avançados e países capitalistas subdesenvolvidos. De acordo com este pensamento, a divisão internacional do trabalho, respaldada pela Teoria das Vantagens Comparativas, era por demais desfavorável às nações periféricas - economias agroexportadoras - uma vez que estas não estavam absorvendo o progresso técnico nem as vantagens dele decorrentes, apesar do intercâmbio comercial com as nações desenvolvidas que geravam o progresso tecnológico.

As causas apontadas pela CEPAL para a continuidade do atraso dos países periféricos era a deterioração dos termos de intercâmbio através do comércio com as nações desenvolvidas. Isto se dava, em primeiro lugar, pela diferença no comportamento da demanda de produtos primários frente a demanda de produtos manufaturados. O preço dos produtos industriais crescia mais que a dos primários por conta de sua maior elasticidade renda e pelo desenvolvimento tecnológico que reduzia o peso das matérias-primas naturais no processo de produção industrial. Em segundo lugar, estava a diferença do mercado de trabalho e organização sindical entre o centro e

a periferia. Os países periféricos, além do excesso de mão-de-obra, ainda contavam com sua desqualificação, ficando esta sem condições de pressionar um aumento real dos salários.

A proposta da CEPAL para reverter o processo de subdesenvolvimento destes países, que se traduzia em produção agrícola primária voltada para o mercado externo, baixa integração entre os setores produtivos, desemprego estrutural e estrutura agrária atrasada, era a industrialização. Vislumbraria-se uma política deliberada de desenvolvimento promovido pelo Estado, via criação de infra-estrutura necessária para a expansão industrial e orientação da produção dos diversos setores para impedir a concentração dos investimentos e eliminar pontos de estrangulamento na economia. A industrialização deveria voltar-se para atender o mercado interno, endogeneizando o processo de crescimento. A participação do capital estrangeiro se justificaria pela escassez de capital nacional, frente à necessidade de implantação da indústria de bens de capital e outros projetos que exigiam elevados investimentos.

O ideário cepalino influenciou, sobremaneira, os planos governamentais do Brasil através da doutrina desenvolvimentista que pregava a intervenção do estado na economia por meio do planejamento global para promover a industrialização. É bom lembrar que o fenômeno do desenvolvimento estava vinculado a um processo de industrialização onde o aumento do PIB e da renda acabariam por gerar uma melhoria generalizada do bem estar social.

4 EVIDENCIA EMPIRICA DO PROCESSO DE ESTATIZAÇÃO NO BRASIL

4.1 Breve histórico sobre a criação de estatais

A primeira empresa do setor produtivo estatal brasileiro foi a Cia do Vale do Rio Doce-CVRD, criada em 1941 como resultado do esforço de nacionalização dos setores básicos. Logo depois surge a Fábrica Nacional de Motores, cuja finalidade era a manutenção e fabricação de motores de avião e da Companhia Nacional de Alcális (1943). Em 1944, tem-se a criação da ACESITA e, em 1945, da CHESF-Companhia Hidroelétrica de São Francisco. Os investimentos do setor produtivo estatal nesse período, só representavam cerca de 3% do investimento global da economia.

A PETROBRAS-Petróleo Brasileiro S.A., foi criada em 1953, com o objetivo de dar mais autonomia ao país na produção de matérias-primas. Neste mesmo ano entra em operação a Companhia Siderúrgica Nacional-CSN, criada em 1941.

Durante a execução do Plano de Metas, já nos anos 50, as principais empresas criadas foram: Furnas Centrais Elétricas S.A., USIMINAS-Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A., Companhia Siderúrgica Paulista-COSIPA e RFFSA-Rede Ferroviária Federal S/A.

A partir de 1960, o setor público atuou com mais intensidade nos setores básicos, através da criação de empresas "Holdings", dando surgimento a diversas subsidiárias ou coligadas, dentre as quais se destacam: Centrais Elétricas Brasileiras S.A.-ELETROBRAS, Vale do Rio Doce Navegação S.A.-DOCENAVE, Petrobrás Química S.A.-PETROQUISA, Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A.-EMBRATEL, Empresa Brasi-

leira de Aeronáutica S.A.-EMBRAER.

Esta expansão continua em 1970 com a criação de diversas "holdings", dentre elas pode-se citar : Siderurgia Brasileira S/A-SIDERBRAS, Empresa Nucleares Brasileiras S/A-NUCLEBRAS, Empresa de Portos do Brasil S/A e as Subsidiárias: RIO Doce Geologia e Mineração S/A-DOCEGEO e Petrobrás Internacional S/A-BRASPETRO.

4.2 Participação, contribuição e desempenho das principais estatais brasileiras.

Cabe destacar, neste ponto, a participação das empresas do setor produtivo estatal no crescimento da economia no período referente ao plano de metas (1956-1961). Segundo VILLELA (1963, pp.186-191), pode-se dizer que "I. O setor industrial do governo, teve uma participação crescente em relação aos demais setores, de vez que nele eram gerados 37% da renda das empresas do governo federal em 1956 e em 1960 já alcançava 46%; II. No tocante à participação das empresas por setor de origem da economia nacional, observa-se um aumento crescente das empresas industriais cuja participação passou de 3,9% em 1956 para 6,5% em 1959, (ou seja um aumento de 61% em 4 anos); III. O setor industrial do governo cresceu 9 vezes entre 1956-1960. Os investimentos desse setor representaram, em média 54,3% dos investimentos totais das empresas do governo federal entre 1958-1960; IV. Com referência à capacidade de poupança das empresas industriais do governo federal para financiar seus investimentos é sig-

nificativo que no período em estudo o total da poupança bruta das mesmas (reserva para depreciação + lucros retidos) tenha equivalido a 82,5% dos investimentos realizados. Podendo-se concluir que a capacidade de formação de capital das empresas industriais do governo federal tem sido bastante adequada às necessidades de expansão das mesmas; V. Quanto a relação entre despesas com salários e ordenados e a renda gerada nessas empresas, nota-se uma tendência a redução e estabilização de 50% em 1956 para 33% em 1960."

Foi visto, anteriormente, como se formou o setor produtivo estatal hoje existente, com ênfase para as razões que levaram à criação das empresas e posteriormente, das holdings e subsidiárias. Houve sem dúvida, pelo menos do ponto de vista econômico e estrutural do sistema produtivo, coerência na adoção deste tipo de intervenção por parte do governo, pois se buscava o desenvolvimento econômico via consolidação do processo de industrialização e as indústrias montadas pelo governo possibilitaram a expansão de outros setores industriais da economia. Como também, não se pode negar o peso dos investimentos do setor produtivo estatal durante a execução do plano de metas que passou de 3% em 1956 para 14,5% em 1961, exercendo um forte impacto na determinação do ritmo de crescimento da economia.

As empresas industriais, com exceção dos setores de transportes e comunicações, tiveram um desempenho favorável, cumprindo as funções para as quais foram criadas.

Não se constitui peculiaridade do Brasil a participação elevada das empresas estatais na formação bruta de capital fixo. Pode-se verificar este fenômeno de forma ainda mais

acentuada, no caso de países menos desenvolvidos, conforme tabela 1. Como pode ser visto nessa tabela, o percentual de formação bruta de capital fixo por parte das empresas públicas em países como Venezuela (36%), Índia (33%), Zâmbia (61%), Argélia (68%) é bem superior ao do Brasil (23%).

TABELA 1
A Participação das Empresas Públicas
nos Investimentos Produtivos
(Em % da Formação Bruta de Capital Fixo)

Países	Investimentos das empresas públicas
Novos países industrializados:	
Brasil	23
Coréia do Sul (1978-80)	23
Países em desenvolvimento:	
Argélia (1978-81)	68
Etiópia (1978-80)	37
Costa do Marfim (1970)	40
Zâmbia	61
Bangladesh (1974)	31
Paquistão (1978-81)	45
Índia (1978)	33
Peru	15
Venezuela (1978-80)	36
Países desenvolvidos:	
França (1982)	32
Itália (1982)	30
RFA (1982)	15
Reino Unido	16

FONTE: SILVA E MEDEIROS (1988)

O problema central não é esse e sim o fato dessas empresas terem perdido sua capacidade de auto financiamento, devido a questões relacionadas a decisões de política econômica do governo. Em período mais recente, houve paralização dos investimentos nessas empresas estatais, deixando-as numa situação financeira desfavorável desde o começo da década de 80, conforme pode ser visto nas tabelas 2,3 e 4, que indiquem, respectivamente, índice de investimento real do con-

junto dos grupos econômicos do governo (1980-1983), posição destas empresas quanto aos dispêndios (1980-1984) e os índices de receita operacional (1980-1983). Como pode ser visto, na tabela 2, os grupos que tiveram as maiores quedas nos seus investimentos reais até 1983 foram: SIDERBRAS (67% a menos que em 1980), RFFSA e ITAIPU (em torno de 45% a menos), ELETRORBRAS (35% a menos).

TABELA 2
Índices de Investimento Real

Empresas	Ano 1980	1981	1982	1983
Grupo Petrobrás	100,00	122,62	148,05	108,61
Grupo Siderbrás	100,00	83,20	60,34	33,03
Grupo Eletrobrás	100,00	96,23	89,58	64,51
Grupo Telebrás	100,00	112,76	123,11	98,25
Grupo CVRD	100,00	176,94	206,71	122,92
Grupo RFFSA	100,00	101,81	67,89	53,35
Itaipu	100,00	95,35	84,10	55,77
Grupo Nuclebrás	100,00	259,34	337,91	280,72
Total	100,00	105,60	104,48	73,33

Fonte: SILVA E MEDEIROS (1988)

Os dispêndios globais das empresas estatais caíram de um total de Cr\$ 94.856 bilhões em 1980 para Cr\$ 87.482 bilhões em 1984, mesmo com o crescente processo inflacionário desse período, enquanto que os investimentos caíram de Cr\$ 23.323 bilhões em 1981 para Cr\$ 14.228 bilhões em 1984 (tabela 3).

TABELA 3
Dispêndios das Empresas Estatais
(em bilhões de Cr\$)

Itens	ANO:	1980	1981	1982	1983	1984
A. Investimento		21.595	23.323	22.070	15.490	14.228
B. Disp.Globais		94.856	93.290	90.091	87.848	87.482
C. Encar.Financ.		4.291	5.829	8.191	8.908	10.536
D. Dispêndios Totais						
Exclus. encar.(B-C)		90.565	87.461	81.900	78.940	76.947

FONTE: SILVA E MEDEIROS (1988)

Com exceção da PETROBRAS, todos os demais grupos sofreram redução nos seus índices de receita operacional real, como pode ser visto na tabela 4; o grupo NUCLEBRAS apresentou a maior queda, chegando em 1983 a quase 70% a menos que 1980. Em seguida, encontram-se os grupos ELETROBRAS (-49,08%) e o grupo CVRD (-44,19%).

TABELA 4
Índice de Receita Operacional Real

Empresas	Ano			
	1980	1981	1982	1983
Grupo Petrobrás	100,00	111,52	109,76	115,07
Grupo Siderbrás	100,00	100,20	97,79	86,01
Grupo Eletrobrás	100,00	72,66	59,16	51,02
Grupo Telebrás	100,00	86,90	96,59	90,46
Grupo CVRD	100,00	82,10	56,84	56,81
Grupo RFFSA	100,00	88,89	84,42	80,40
Itaipu	100,00	-	-	-
Grupo Nuclebrás	100,00	30,74	28,57	31,87
Total	100,00	101,09	98,20	98,43

FONTE: SILVA e MEDEIROS (1988)

A tabela 5 indica a participação do Estado e do setor privado na formação bruta de capital fixo (FBCF) no período de 1965-1983. As empresas públicas brasileiras tiveram uma participação crescente na FBCF até 1979, quando respondiam por 28,7%. Em 1983 o percentual só correspondia a 23,71%.

Considerando o período até 1979 verificou-se que a queda na participação direta do governo na FBCF (de 24% para 15%) foi mais que compensada pelo aumento da participação das empresas públicas que passou de 13,3% para 28,7%. Quanto a divisão da estrutura de propriedade da economia entre setor privado (nacional e estrangeiro) e setor público, nota-se, de 1965 a 1979, uma redução da participação do setor privado, passando de 61,9% para 56,3%. Em 1980, no entanto, a participação deste setor saltou para 67,52%, seguido de uma queda em 1981, para 61,5%, chegando em 1983 a 65,79%.

TABELA 5

Participação do Estado e do Setor Privado na Formação Bruta de Capital Fixo(%) - 1965-1983

Setores	1965	1970	1974	1975	1976	1977
Setor privado	61,9	61,2	60,2	58,0	57,6	56,9
Setor público	38,1	38,8	39,8	42,0	42,4	43,1
Governo	24,8	18,5	16,5	16,9	17,7	17,5
Empresas públicas	13,3	20,3	23,3	25,1	24,7	25,6
Setores	1978	1979	1980	1981	1982	1983
Setor privado	57,5	56,3	67,52	61,53	63,95	65,79
Setor público	42,5	43,7	32,48	38,47	36,05	34,21
Governo	16,1	15,0	10,01	11,71	11,00	10,50
Empresas públicas	26,4	28,7	22,47	26,76	25,05	23,71

Fontes : SILVA e MEDEIROS (1988)

O primeiro censo da SEST - Secretaria Especial de Controle das Estatais- (1980), identificou 268 estatais, sendo que 40 haviam sido criadas por lei, 152 por multiplicação de subsidiárias e 76 eram empresas absorvidas pelo governo para evitar a falência.

Segundo SILVA e MEDEIROS (1988), essas empresas foram de importância crucial no que se refere ao suprimento de maté-

rias primas e bens intermediárias ao setor privado, geração e difusão de inovações tecnológicas, captação de poupança externa, contribuição ao balanço de pagamentos através da substituição de importações e aumento das exportações, eliminação dos pontos de estrangulamento como energia, transportes, telecomunicações na economia, garantia da Soberania Nacional, elevação do nível de emprego, treinamento de recursos humanos especializados, geração de economias externas para o setor privado através do aumento da demanda por mercadorias produzidas pela indústria nacional, inclusive máquinas e equipamentos, criação da infra-estrutura econômica e social e internalização de atividades estratégicas, possibilitando a complementaridade do parque produtivo nacional e elevando o poder relativo do capital nacional (estatal e privado) em face ao multinacional.

Com relação ao desempenho das estatais, pode-se dizer que ele tem sido favorável, apesar das restrições impostas pelas políticas do governo. Prova disso é o destaque das estatais apresentado pela revista Conjuntura Econômica em 1985, em relação à participação no conjunto das 100 maiores empresas instaladas no Brasil em patrimônio líquido, lucro líquido, faturamento e rentabilidade (ver tabelas 6 e 7).

TABELA 6

Participação % das Empresas Estatais, Nacionais Privadas e Estrangeiras, Segundo o Patrimônio Líquido, Lucro Líquido e Faturamento das 100 Maiores Empresas do Brasil.

Classificação Das empresas	Patrim. Líquido		Lucro Líquido		Faturamento	
	1974	1985	1974	1985	1974	1985
Estatais	48	45	22	24	25	33
Nacionais	20	35	33	53	30	39
Estrangeiras	32	20	45	23	45	28
TOTAL	100	100	100	100	100	100

FONTE: Conjuntura Econômica - FGV

TABELA 7

Rentabilidade Média das 100 Maiores Empresas Brasileiras

A= Lucro Líquido sobre Patrimônio Líquido

B= Lucro Líquido sobre Faturamento

Classificação das empresas	A		B	
	1974	1985	1974 (n dispon.)	1985
Estatais	11,3	7,8		15,7
Nacionais	18,4	15,5		17,1
Estrangeiras	20,4	18,2		8,7

Fonte: Conjuntura Econômica (FGV)

Observando a tabela 6 vê-se que as estatais respondiam em 1985 por cerca de 33% do faturamento das 100 maiores empresas do Brasil e por 24% do lucro líquido dessas empresas. A participação das empresas nacionais no lucro líquido que era de apenas 33% em 1974 (Tabela 6), alcançou o percentual de 53% em 1985, superando os demais setores, apesar do setor estatal também ter aumentado sua participação tanto em lucro líquido como em faturamento. Conforme dados da tabela 7 as empresas estrangeiras tem reduzido sua participação na economia nacional, comprovando o fortalecimento dos setores privado nacional e estatal.

Um exemplo de ineficiência, porém, pode ser visto pela ELETROBRAS. Num estudo de caso feito por SILVA e MEDEIROS (1988,p.147),"a RGG - Reserva Global de Garantia - foi uma medida tomada inicialmente para viabilizar a tarifa única de energia elétrica em todo território nacional. A RGG faz com que as empresas de baixo custo e remuneração superior à rentabilidade média do setor transfiram recursos àquelas de custo elevado e deficitárias, possibilitando a expansão de todo o sistema. A inexistência de controles adequados e questões políticas fizeram com que as empresas do NORDESTE e SUL se descuidassem de índices técnicos e de produtividade. Estes prejuízos cobertos pela RGG não tem sido motivo de preocupação relevante para a administração dessas empresas. Isto tem reduzido a eficiência tanto dessas empresas como do sistema como um todo".

E indiscutível a contribuição das empresas estatais no crescimento do setor industrial do país. O setor privado desenvolveu-se graças às inversões em capital social básico (telecomunicações, energia elétrica, saneamento, etc.) feitas pelo Estado, e, apesar do montante de recursos empregados nas estatais produtivas, elas têm atendido às funções principais para as quais foram criadas e respondem no seu conjunto por parte considerável da capacidade produtiva instalada no país. Os casos de ineficiência derivam de falta de um controle mais efetivo por parte dos órgãos responsáveis sobre o funcionamento de algumas empresas e pela deficiência dos próprios mecanismos existentes.

4.3 Problemas recentes inerentes às Empresas Estatais Brasileiras.

O setor produtivo estatal vem sentindo o forte impacto da crise enfrentada pela economia brasileira desde o final da década de 70, quando houve uma interrupção dos investimentos nessas empresas. Esta crise resultou dos encargos elevados de nossa dívida externa e interna e da crise financeira mundial.

Segundo SILVA e MEDEIROS (1988), as estatais foram utilizadas como instrumentos de política econômica de curto prazo em diversas situações para viabilização de políticas de estabilização, captação de recursos externos, equilíbrio da balança de pagamentos, combate direto à inflação, redução da necessidade de financiamento do setor público, controle da demanda agregada, etc. As políticas de câmbio, crédito e principalmente de preços têm sido usadas em detrimento da eficiência das estatais e sem a menor avaliação do impacto de tais medidas sobre a economia interna destas empresas. As políticas do governo com relação às estatais, no momento em que as utiliza para viabilização de sua política macroeconômica de curto prazo, agrava a crise financeira delas, tornando-as vulneráveis.

Em alguns casos o "nível de endividamento externo da empresa estatal decorreu de uma decisão de política cambial do governo, normalmente de caráter conjuntural, não relacionada diretamente com a necessidade específica de financiamento desta ou daquela empresa em particular. Esse deficit das es-

tatais em conjunto com outras distorções do seu funcionamento tem gerado : Perda de competitividade, aumento excessivo das contas e dificuldades de controle financeiro" (CARNEIRO, 1883, p.11).

A empresa estatal evidencia seu caráter ambíguo ao permitir, em determinados momentos, que suas ações sejam orientadas por decisões de política econômica, em detrimento de sua eficiência empresarial. O governo, ao agir dessa forma, vêm prejudicando o desempenho econômico dessas empresas, sem conseguir por outro lado, torná-las socialmente compensatórias.

A imagem que tem sido passada ao público é a de que as companhias estatais são as responsáveis por deficit público, empreguismo e prejuízos pagos pelos contribuintes. A situação torna-se ainda mais crítica quando se verifica que estas empresas precisam de nada menos que 17 bilhões de dólares anuais de investimentos para se modernizarem e o Estado não tem de onde retirar tal montante de recursos. Os cortes promovidos pelo governo federal nos programas de investimentos dos setores de siderurgia, energia elétrica e combustíveis vem se constituindo em sérios obstáculos para o setor privado. Para o setor de siderurgia, 1976 e 1980 constituíram-se nos piores anos de investimentos com índices de -18,2 e -13,2, respectivamente. A PETROBRAS teve um corte de 10% nos seus investimentos em 1980 e o setor de energia elétrica teve redução crescente nos seus investimentos desde 1979.

Considerando todos esses problemas enfrentados pelas empresas produtivas estatais e a incapacidade do Estado em prover recursos para ampliação da capacidade produtiva e mo-

dernização dessas empresas, torna-se justificável a onda de privatização promovida pelo governo atual, ressaltando porém, que defender a privatização não implica em acatar todo o projeto da forma como está sendo proposto e encaminhado pelas autoridades econômicas, com a privatização indiscriminada de empresas lucrativas com avaliação que subestima os valores reais dos seus ativos e a manutenção de empresas deficitárias que provavelmente não serão objeto de negociação, uma vez que não se mostram atraentes para o capital privado.

5 CONCLUSÃO

O estudo realizado no decorrer deste trabalho nos permitiu compreender a forma e os motivos que levaram o Estado a crescer em sua intervenção direta na economia, principalmente nas áreas de infra-estrutura e matérias-primas básicas.

O Estado têm preparado o campo para a expansão dos investimentos privados nacional e estrangeiro, cooperando com estes em atividades essenciais, porém não lucrativas ou mesmo de retorno demorado e assumindo riscos que caberiam à iniciativa privada.

O setor produtivo estatal foi importante no desenvolvimento e integração da estrutura industrial do país, como se evidencia por ocasião do Plano de Metas e na manutenção de um nível considerável de investimentos em épocas de retração das atividades do setor privado. Foi também responsável por grande parte das obras executadas no período chamado "Milagre Brasileiro". Porém, já na década de 60, se questionava quanto aos resultados do modelo de desenvolvimento econômico adotado - que era o de industrialização via substituição de importações - sobre a melhoria do bem estar social da população, uma vez que a implantação do parque produtivo nacional, promovida e subsidiada pelo estado, foi conseguida às custas de um certo descaso para com o atendimento das funções sociais básicas (saúde, habitação, educação, etc.) só atendidas através do poder público.

Desde o início dos anos 80, o governo vêm reduzindo seus gastos com inversões nas estatais produtivas, conforme se evidenciou anteriormente, com uma queda de 27,66% do inves-

timento real do conjunto dos grupos econômicos do estado entre 1980 e 1983. Essa redução dos investimentos aliada à perda da capacidade de auto financiamento de algumas empresas do setor produtivo estatal têm levantado uma discussão sobre a viabilidade de sua manutenção nas mãos do setor público, face a ausência de perspectivas de reestruturação das mesmas.

A privatização se mostraria então como um passo para o estado recuperar sua capacidade de poupar, com a redução dos encargos gerados pela burocracia estatal. Contudo, da forma como foi colocado no programa de privatização em execução, não aumenta os recursos disponíveis para aplicação em programas nas áreas de saúde, habitação, educação e etc. por direcionar todos os recursos originados da venda das empresas estatais para redução da dívida interna.

Sendo assim, além da redução do aparelho estatal é preciso que haja um compromisso social maior por parte das autoridades e instituições que dirigem o país.

6 BIBLIOGRAFIA

- BNDES** - programa Nacional de Desestatização. Edição Especial, IMF Editora Ltda, Rio de Janeiro, 1991.
- CARNEIRO, João G. P.** Desburocratização e Desestatização. Estatismo e Crise no Brasil, Brasília, 1983.
- CNI.** A INDÚSTRIA e o futuro governo. Confederação da Nacional da Indústria, Rio de Janeiro, 1989.
- Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro, FGV, v.39, nº3, MAR 85.
- FILHO, Nelson F.** .O Estado e a Economia no Brasil. IN Debate Econômica. Rio de Janeiro, JAN/DEZ, 1988.
- FIORI, José Luis.** Crise do Estado Brasileiro IN Revista de economia Política, São Paulo, Vol 9, nº 3, Ed. Brasiliense, JUL/SET/89.
- FORD, Clovis de (org.).** Plano Collor, Avaliações e Perspectivas. Livros Técnicos e Científicos Editora Ltda, Rio de Janeiro, 1990.
- IPEA.** A EMPRESA pública no Brasil. Uma Abordagem Multidisciplinar. Coletâneas de Monografias. Brasília, IPEA/SEMOR, 1980.
- LAMOUNIER, Bolivar (org.).** De GEISEL A COLLOR: O Balanço da transição. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Editora Sumaré, São Paulo, 1990.
- PEREIRA, Luis C. B.** Caráter Cíclico da Intervenção Estatal. IN Revista de economia Política, São Paulo, VOL. 9, nº 3, JUL/SET/89, Editora Brasiliense.
- PEREIRA, Luis C. B.** Mudança no Padrão de Financiamento do Investimento no Brasil. IN Revista de economia Política, 7 (4): 5-22, São Paulo, OUT/DEZ 87.
- PPE.** Poupança estatal, dívida externa e crise financeira do setor público. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, V.16, nº 3, DEZ 1986.
- SANDRONI, Paulo.** Dicionário de Economia. Ed. Best Seller. São Paulo, 1989.
- SENA, Augusto M. de Carvalho.** Empresa estatal X empresa privada. Análise comparativa do desempenho econômico financeiro nos setores de siderurgia e química / 1980-1989. Tese de mestrado CAEN, Fortaleza, 1990.
- SHERWOOD, Frank P.** Empresas Públicas. Fundação Getúlio Vargas, 1964.
- SILVA, Eduardo F. e MEDEIROS, César M. de.** A Redefinição do Papel do Estado na economia - a eficiência das estatais, o curto e o longo prazo. IN Debate Econômico, Rio de Janeiro,

ro, JAN/DEZ, 1988.

SUZIGAN, W. As Empresas do Governo e o papel do Estado na economia brasileira. IN: RESENDE, F, et alii. Aspectos da participação do governo na economia. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1976.

SUZIGAN, Wilson. Estado e Industrialização no Brasil. IN O Desenvolvimento Ameaçado: Perspectivas e Soluções. Editora UNESP, São Paulo, 1989.

VILLELA, A. Empresas do Governo como Instrumento de Política Econômica. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1985.

VILLELA, Annibal. As Empresas do Governo Brasileiro e sua importância na Economia Nacional (1956-1960). In Revista Brasileira de Economia, ano XVI, nº 1, São Paulo, MAR/62.

VILLELA, Annibal v. e BAER, Werner. O Setor Privado Nacional: Problemas e políticas para seu fortalecimento, Brasília, IPEA/INPES, 1980.

WERNECK, R. Uma Análise do financiamento e dos investimentos das empresas estatais federais no Brasil. 1980-83. Rio de Janeiro, ANPEC/PNPE, 1984, (Texto para discussão, 79).